



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

LUZINEIDE FERREIRA DE SOUSA RODRIGUES

**A INSTRUMENTALIDADE NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL:
BREVES REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO CURSO DE SERVIÇO
SOCIAL DA UFT CAMPUS DE MIRACEMA**

MIRACEMA DO TOCANTINS – TO

2019

LUZINEIDE FERREIRA DE SOUSA RODRIGUES

A INSTRUMENTALIDADE NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL:
BREVES REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO CURSO DE SERVIÇO
SOCIAL DA UFT CAMPUS DE MIRACEMA

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema para obtenção do título de Bacharela em Serviço Social e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: Prof. Me. Raí Vieira Soares

MIRACEMA DO TOCANTINS - TO

2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

R696i Rodrigues, Luzineide Ferreira de Sousa.

A Instrumentalidade na Formação Profissional: breve reflexões a partir da experiência do curso de Serviço Social da UFT Campus de Miracema-TO. / Luzineide Ferreira de Sousa Rodrigues. – Miracema, TO, 2019.

61 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social, 2019.

Orientador: Raí Vieira Soares

Coorientador: Raí Vieira Soares

1. Trabalho. 2. Instrumentalidade . 3. Formação Profissional. 4.
Serviço Social. I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

LUZINEIDE FERREIRA DE SOUSA RODRIGUES

A INSTRUMENTALIDADE NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: BREVES
REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA
UFT CAMPUS DE MIRACEMA

Monografia apresentada à UFT –
Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus de Miracema, Curso de Serviço
Social, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharela em
Serviço Social e aprovada em sua forma
final pelo Orientador e pela Banca
Examinadora.

Data de Aprovação 16/12/2019.

Banca Examinadora:



Prof. Me. Raí Vieira Soares, Orientador, UFT



Prof.ª Esp. Claret Costa Brito, Examinadora, UFT



Prof.ª Esp. Lidiane Teixeira de Oliveira, Examinadora, UFT

Dedico este trabalho à minha família que sempre esteve presente, me apoiando em todos os momentos, especialmente a minha mãe, mulher guerreira que sempre me incentivou a seguir em frente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus que nunca me deixou desistir, mesmo em momentos de angústias que tive que enfrentar. Minha família que foi minha base em tudo, meus filhos Graziely R. Sousa, Victor R. Sousa e Vinicius R. Sousa e esposo, Jose Airton R. de Araújo e ao meu pai Jose Gomes (*in memoriam*), minha mãe Antônia F. Sousa por ser um exemplo de mulher guerreira que sempre admirei.

Ao grupo de idosos que são pessoas maravilhosas e do qual contribuí no processo de formação desse grupo. Hoje, recebo deles tudo que “plantei”, regado de muito carinho e amor; cada momento com eles é único, contribuindo no meu processo de formação como profissional e também como ser humano. Quero agradecer aqui ao Sr. João Bispo (*in memoriam*) pela participação e contribuição que deu a este grupo.

A todas as companheiras que contribuem ou contribuíram no grupo de idosos, pela parceria e caminhada juntas. Por tudo que vivemos e compartilhamos junto a esse grupo.

Aos professores que não foram somente professores, mas também amigos, nos momentos de desespero estiveram ali para deixar a sua palavra de conforto, de amor e elogiar meu trabalho, o elogio dá força para as pessoas. Destaco: Carlos Mendes Rosa, professor do curso de Psicologia e coordenador do grupo de Idosos “Roda de Conversa com Idoso”; Amanda Elisa Vaz, minha professora de estágio a qual admiro muito; e a professora Vanda Micheli Burginski. À supervisora de campo de estágio, Fabiana Camargo que me acolheu naquele campo e contribuiu para minha formação, dando o melhor de si para o meu aprendizado profissional. Ao Hospital de Referência de Miracema do Tocantins, que abriu as portas e me acolheu para a realização do Estágio Supervisionado.

À todos os profissionais do campus da UFT em Miracema do Tocantins, pois todos foram pessoas especiais a quem recorri nos momentos de dúvidas, de tristeza, e alguns não fizeram somente seu trabalho como profissional, mas me atenderam como amigos, me deram conselhos, ou seja, além de exercer sua função foram seres humanos.

Ao meu esforço como pessoa, como lutei para atingir meus objetivos respeitando as pessoas e sendo humilde sem precisar pisar ou humilhar ninguém, isso só prova que minhas raízes e toda educação que recebi foram muito importantes

ao ponto de florescer e assim eu consegui levar todos esses ensinamentos para a minha vida e cada vez mais para meus filhos. Mais uma vez quero agradecer a meus pais por terem me repassado tudo de bom, espero que a cada degrau eu possa valorizar mais e mais.

Ao professor Raí Vieira meu orientador, por chegar na minha vida em um momento em eu já estava quase desistindo de tudo, e ele me passou confiança, segurança, me deu atenção, veio para contribuir no meu crescimento, e abriu novos horizontes. Obrigado professor.

Agradeço também as professoras da banca examinadora do presente trabalho pela disponibilidade e pelas contribuições e reflexões para nossa investigação.

Agradecer aos acadêmicos que contribuíram na minha pesquisa, que estão sempre dispostos a colaborar uns com os outros para assim contribuir com a qualidade do curso.

Quero dizer aos acadêmicos que estão nesse processo de formação que é um período difícil, mas nunca esqueça que você é capaz. É um momento em que precisamos rever a nós mesmos não somente como profissional, mas como uma pessoa que sonha e que luta por uma sociedade mais justa. Diante de tudo, é preciso acreditar que é possível a mudança.

Nunca estamos sozinhos, mesmo quando sentimos tristes, ou até levantar e recomeçar. Obrigado Deus.

“Não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas, ao contrário, seu ser social que determina sua consciência”.

Karl Marx (1818/1883)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) trata sobre o debate da instrumentalidade na formação profissional em Serviço Social a partir da experiência da UFT campus Miracema, resultado de inquietações no processo formativo, sobretudo, a partir da inserção no estágio supervisionado em Serviço Social. De natureza qualitativa, a pesquisa teve como objetivo geral analisar o ensino da instrumentalidade no âmbito da formação profissional em Serviço Social a partir da experiência da UFT – Campus de Miracema do Tocantins. Os procedimentos metodológicos foram orientados a partir de uma perspectiva crítica de análise da realidade com base na pesquisa bibliográfica, documental e de campo. As principais categorias apresentadas versam sobre trabalho, instrumentalidade e formação profissional em Serviço Social. Embora os limites para análise dos achados da pesquisa, considera-se de que o ensino da instrumentalidade na formação profissional em Serviço Social da UFT está articulado à perspectiva expressa no projeto de formação com as diretrizes curriculares da ABEPSS.

Palavras-chave: Trabalho. Instrumentalidade. Formação Profissional. Serviço Social.

ABSTRACT

The present Course Conclusion Paper deals with the discussion of instrumentality in the vocational training in Social Work from the experience of UFT campus Miracema, a result of concerns in the training process, especially from the insertion in the supervised internship in Social Work. . With qualitative nature, the research had the general objective to analyze the teaching of instrumentality in the scope of the professional formation in Social Work from the experience of the UFT - Campus of Miracema do Tocantins. The methodological procedures were oriented from a critical perspective of reality analysis based on bibliographic, documentary and field research. The main categories presented are about work, instrumentality and professional training in Social Work. Although the limits for the analysis of the research findings, it is considered that the teaching of instrumentality in vocational training in UFT Social Work is linked to the perspective expressed in the training project with the curricular guidelines of ABEPSS.

Keywords: Job. Instrumentality. Professional qualification. Social Service.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social
ADAPEC	Agência de Defesa Agropecuária
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CEFOPE	Centro Universitário de Formação de Profissionais da Educação
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CONSEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUNI	Conselho Universitário
CRESS	Conselhos Regionais de Serviço Social
DPVAT	Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
HRM	Hospital de Referência de Miracema
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
PCC	Projeto Pedagógico do Curso
PNE	Política Nacional de Estágio
RURALTINS	Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNITINS	Universidade Estadual do Tocantins

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 TRABALHO E INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL: FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	18
2.1 Trabalho e instrumentalidade: bases ontológicas	18
2.2 A Instrumentalidade do Serviço Social: debate teórico-conceitual.....	24
3 SERVIÇO SOCIAL E INSTRUMENTALIDADE: FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL	31
3.1 Serviço Social no âmbito das relações sociais capitalistas.....	31
3.2 Trabalho e formação profissional em Serviço Social: contribuições das diretrizes curriculares da ABEPSS	39
3.3 Instrumentalidade do Serviço Social: a experiência do curso de Serviço Social da UFT.....	45
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS.....	55
APÊNDICES	58

1 INTRODUÇÃO

Vinda de uma família pobre com pai cabelereiro e mãe lavadeira de roupas e dona de casa, e a terceira filha de oito irmãos. Empregada doméstica e babá, e estudante de escolas públicas e sempre com um propósito de chegar na Universidade e um dia poder ajudar minha família. Vendo o interesse da minha mãe em meus estudos e sempre incentivada por ela, que ficava muito triste em não poder ajudar com as tarefas da escola, pois não teve oportunidade de estudar. Sempre tentei conciliar os estudos e o trabalho de doméstica, pois sabia que meu salário contribuía para o sustento da família.

Hoje com quarenta anos, casada há dezoito anos, mãe de três filhos adolescentes, sendo que os caçulas são gêmeos, depois de treze anos volto a estudar, sinto que posso que sou capaz e esse sentimento me dá força para continuar. Assim vou dando exemplo para meus filhos e incentivando-os a continuarem a estudar. Sempre tive e ainda tenho muito obstáculo como mãe de família, as responsabilidades acadêmicas são muitas, mas não desistirei.

O tema sobre “instrumentalidade no Serviço Social” foi escolhido devido o campo de estágio, realizado no Hospital de Referência de Miracema do Tocantins (HRM), onde não tínhamos muitos contatos com o usuário, pois é uma unidade hospitalar de urgência e emergência.

Pela supervisora do Serviço Social foi apresentado ali diversas demandas: encaminhamento, orientação, entrevista social, observação, visitas aos leitos dos usuários. Demandas que são as solicitações e exigências e o instrumental que é os instrumentos utilizados pelo assistente social tais como conversas informais, documentações entre outros acessos a cidadania, sobre os direitos dos usuários como o Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), auxílio maternidade, auxílio funerário, aposentadoria por invalidez, direito ao acompanhante, os direitos do idoso, direitos dos deficientes, todos os direitos previstas na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e na Constituição, foram dois anos de muito aprendizado. Mas ao realizar a entrevista social descobrir ali um instrumental muito importante, comecei a observar as demandas postas para o assistente social como seriam resolvidas, quais instrumentais estavam sendo utilizados, e como era importante para a mediação e resolução dos problemas, um tema pouco estudado pelos acadêmicos do Campus de Miracema do Tocantins,

resolvi aprofundar os estudos sobre instrumentalidade na formação profissional do Serviço Social.

O tema faz parte do curso de Serviço Social e das disciplinas de Oficina de Instrumental Técnico-Operativo do Serviço Social I e Oficina de Instrumental Técnico-Operativo do Serviço Social II tem-se um breve contato com a discussão sobre esses instrumentais e instrumentalidade da profissão. No campo de estágio foi possível perceber a utilização desses instrumentos na prática profissional. Essa experiência mostrou a importância do tema da instrumentalidade para o Assistente Social, o que fez despertar o interesse para aprofundar o conhecimento sobre esse tema constitutivo do cotidiano profissional.

Assim, esta pesquisa buscou analisar o ensino da instrumentalidade no âmbito da formação profissional em Serviço Social a partir da realidade da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Para o desenvolvimento da pesquisa, priorizamos os acadêmicos concluintes do curso e aprovados nas disciplinas: Oficinas de Instrumental Técnico-Operativo do Serviço Social I e II e já em fase de construção do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC). Diante disso, temos como objetivo geral de analisar o ensino da instrumentalidade no âmbito da formação profissional em Serviço Social a partir da experiência da UFT – Campus de Miracema do Tocantins. Como objetivos específicos: realizar um levantamento sobre o processo de implantação do curso de Serviço Social da UFT; procurar identificar o debate da instrumentalidade no Projeto Pedagógico do curso e como este se materializa no processo formativo; procurar apontar os desafios e possibilidades para o ensino da instrumentalidade na formação profissional em Serviço Social.

Esta pesquisa é de natureza qualitativa que teve como lócus para desenvolvimento dos procedimentos metodológicos o estudo do curso de Serviço Social da UFT e foi realizada em duas fases articuladas entre si: a pesquisa documental a pesquisa bibliográfica. Deve-se ressaltar que a terceira fase as entrevistas realizadas com os acadêmicos do curso de Serviço Social infelizmente não foram analisadas com profundidade, devido a imprevistos e contratemplos o que nos impôs dar uma maior ênfase à pesquisa bibliográfica e documental, mas ficamos no compromisso de aprofundar tal debate em pesquisas posteriores. Porém, ousamos sinalizar algumas breves considerações sobre o ensino da instrumentalidade na formação profissional em Serviço Social, a partir da realidade do curso de Serviço Social da UFT campus de Miracema e sua relação com o debate nacional da formação

profissional alinhada às diretrizes curriculares da ABEPSS.

Para Minayo (2001) a pesquisa qualitativa:

Responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p. 06).

Isso significa que a pesquisa qualitativa traz os resultados das impressões e vivências do pesquisado que são captados pelo pesquisador, numa correlação de significados que irá orientar o resultado dos estudos sobre o tema, uma vez que será utilizado o embasamento teórico, a partir de documentos e das obras dos principais autores sobre o assunto.

Nesse sentido, “a abordagem qualitativa, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social. [...]” (RICHARDSON, 1999, p. 79). Entende-se então que a análise qualitativa permite um maior entendimento sobre o objeto estudado.

Após trazer conceitos que orientam o presente estudo, passa-se a algumas reflexões sobre a temática, com o objetivo de discutir a questão da instrumentalidade que somadas às dimensões que orientam e atravessam o fazer profissional refletem no processo de formação dos acadêmicos do curso de Serviço Social da UFT, Campus de Miracema do Tocantins.

Dessa maneira busca-se compreender a forma como a instrumentalidade se constitui em mediação para captar uma gama de possibilidades interpretativas da realidade vivenciada pelos acadêmicos, na perspectiva da efetivação da formação profissional crítica e de qualidade. É relevante refletir sobre as questões da realidade da formação articulada com o cotidiano do trabalho profissional.

Assim, destaca-se a importância da realização de estudos que possam refletir sobre o exercício desses profissionais em formação que irão atuar como assistentes sociais, de modo a contribuir com o seu desenvolvimento, analisando a partir de um estudo sobre instrumentalidade e formação profissional.

Na pesquisa documental, nossa análise se deu a partir do Projeto Pedagógico do Curso (PCC) vigente (UFT, 2010), as portarias/resoluções do curso, além das diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em

Serviço Social (ABEPSS) de 1996.

Severino (2002) ressalta a importância da pesquisa documental para o estudante, uma vez que ele necessita aprofundar em informações que só podem ser adquiridas a partir da reflexão de documentos. E acrescenta “é preciso convencer-se de sua necessidade e utilidade, coloca-la como integrante do processo de estudo e criar um conjunto de técnicas para organizá-la (SEVERINO, 2002, p. 37).

Para Gil (2007), a pesquisa documental:

Assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2007, p. 45).

A segunda fase da pesquisa trata-se da pesquisa bibliográfica, em que são utilizados livros e artigos já produzidos anteriormente. Gil (2007) afirma que “há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas”. Assim foi realizado um levantamento dos autores no debate da instrumentalidade, formação, trabalho no Serviço Social, além de artigos e monografias que tratam sobre a história e a formação profissional do curso.

Para isso foi elaborado um roteiro de análise das obras que abordam a temática, considerando os elementos necessários para o acompanhamento e que quando serão utilizados durante a execução dos trabalhos, que irão constituir-se em instrumento que permitirá uma maior aproximação da realidade do curso.

Durante a elaboração deste TCC foi realizada a pesquisa bibliográfica onde os autores utilizados forneceram subsídios teóricos para a pesquisa. Dentre esses autores cita-se: Guerra (2010), Lewgoy e Silveira (2007), Iamamoto (2009), que trazem reflexões sobre a atuação do Assistente social e sobre a questão da instrumentalidade e, também, Bravo (2008), Matos (2008), Mota (2008), Vasconcelos (2009).

A terceira fase da pesquisa irá tratar-se da pesquisa de campo, com o levantamento do número de discentes concludentes do curso de Serviço Social, de onde foi realizada uma amostragem. Do total de concludentes 05 (cinco) participaram da pesquisa respondendo a entrevista semiestruturada (ver apêndice A), num total de

sete acadêmicos. Destacamos que a pesquisa foi realizada a partir de cuidados éticos por isso foi apresentado aos participantes da pesquisa o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ver apêndice B). Gil (2010) ressalta que:

O pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo. Também se exige do pesquisador que permaneça o maior tempo possível na comunidade, pois somente com essa imersão na realidade é que se podem entender as regras, os costumes e as convenções que regem o grupo estudado (GIL, 2010, p. 53).

Isso significa que a participação direta do pesquisador no local de estudo torna o trabalho mais rico, uma vez que é possível ter o contato com os envolvidos no estudo e comunidade. O pesquisador tem a possibilidade de ter informações mais reais e confiáveis uma vez que foi buscar entre os principais interessados.

O trabalho está estruturado em cinco seções fundamentais para uma análise a respeito da instrumentalidade do Serviço Social. A primeira traz a introdução com o tema do estudo, objetivos e metodologia, assim os principais autores que contribuíram com o debate do tema proposto neste trabalho.

A segunda seção intitulada “Trabalho e instrumentalidade do Serviço Social: fundamentos teórico-metodológicos” traz uma abordagem sobre trabalho e instrumentalidade do Serviço Social e seus fundamentos teórico-metodológicos, procurando fazer uma correlação entre os autores que abordam o tema a partir de uma visão marxista.

Já a terceira seção “Serviço Social e instrumentalidade: formação e trabalho profissional” aborda sobre a análise do processo de profissionalização, a formação e o trabalho profissional do Serviço Social no contexto da sociedade capitalista a partir de uma perspectiva histórico-crítica bem como situa o debate em torno das diretrizes curriculares finalizando com alguns indicativos sobre o ensino da instrumentalidade a partir da formação profissional do curso de Serviço Social da UFT campus de Miracema.

E por fim, a seção sobre considerações finais que apresenta uma síntese e avaliação do trabalho, de como foi realizada a pesquisa e resultados obtidos a partir da coleta de dados em comparação com os autores que debatem o tema, além de demonstrar se o objetivo da pesquisa foi alcançado.

Destacamos que não temos a pretensão de esgotar o tema, mas de possibilitar a reflexão coletiva sobre o tema da instrumentalidade do Serviço Social na perspectiva de qualificar ainda mais o processo de formação profissional da área. Desejamos uma boa leitura!

2 TRABALHO E INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL: FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A seção que se apresenta traz o debate sobre trabalho e instrumentalidade do Serviço Social apresentando seus fundamentos ontológicos e teórico-metodológicos. Tal exposição possui o intuito de apresentar os subsídios necessários para a compreensão do ensino da instrumentalidade no âmbito da formação profissional em Serviço Social na experiência da UFT – campus de Miracema. Para isso, traçamos um paralelo com autores da perspectiva marxista que discutem trabalho e instrumentalidade da profissão.

2.1 Trabalho e instrumentalidade: bases ontológicas

Vem sendo um discurso controverso na sociedade atual sobre a centralidade do trabalho na sociedade capitalista no contexto das suas transformações contemporâneas. O significado da palavra trabalho tem origem na palavra *tripalium*, um antigo instrumento de tortura. O trabalho é contemplado como uma atividade laboral que sempre foi realizado por homens e mulheres, até os dias atuais.

Antunes (2013) faz uma relação conceitual do trabalho com a natureza, considerando que esta oferece as matérias primas e o trabalho as transforma em riqueza. Dessa forma “o trabalho é a fonte de toda a riqueza. É muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E com tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem” (ANTUNES, 2013, p. 13).

Ou seja, afirmar que o trabalho é o fundamento ontológico do homem significa dizer que é único e exclusivo deste ser, diferenciando-se dos outros seres. O trabalho inaugura um tipo diferenciado de ser – o ser social, que transforma a natureza a partir das suas necessidades. Dessa forma, o trabalho faz parte da constituição e gênese do ser humano, é condição básica e ineliminável da sociabilidade humana. Ir nos fundamentos ontológicos do homem é ressaltar, ao mesmo tempo, o papel ativo e transformador do homem na história humana, enquanto ser consciente sobre a realidade. Orientado em Lukács, o trabalho é definido por Lessa como:

[...] a atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social. Nesse sentido preciso, é a categoria fundante do mundo dos homens. É no trabalho que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas. Sendo assim, não pode haver existência social sem trabalho (LESSA, 2012, p. 25).

Nessa perspectiva de análise, Engels (2013), ao falar sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem, afirma que o trabalho é a condição básica e fundamental de toda a vida humana e a razão da criação do próprio homem. Para o autor, um grupo desenvolvido de macacos antropomorfos da era terciária da zona tropical passou a utilizar aos poucos as mãos e a andar de posição ereta, tal fato não aconteceu de forma acidental e nem da noite para o dia, mas foi motivado pelas necessidades humanas mediadas pela relação com a natureza. A partir do uso variado das mãos desenvolveram-se as habilidades desse órgão e com isso, foi possível criar instrumentos de trabalho. Esse processo proporcionou um maior conhecimento sobre a natureza e suas possibilidades, assim, com o desenvolvimento do trabalho, o compartilhamento dos conhecimentos novos se tornou necessidade, daí a surge a dimensão coletiva do trabalho e também a linguagem articulada.

Pode-se dizer que o trabalho é uma complementação do ser humano e da sua própria existência. Lessa (2011) traz para o debate sobre a relação entre natureza e trabalho a partir do filósofo Karl Marx (1818/1883) que em sua teoria afirma a importância do trabalho e a sua relação com a natureza que, ao mesmo tempo, é uma relação de dependência, porém não são regidos pelas mesmas leis naturais. A sociedade está ligada ao trabalho que depende para a sua reprodução biológica, mas, sobretudo, para a reprodução social. Embora a vida social seja determinada por fatores sociais.

Semeghini (2009) afirma que para Lukács o destaque do ser social em relação a suas necessidades de ser um trabalhador em uma dinâmica permanente do seu cotidiano que influencia a sua significância para a sociedade em que está inserida. Outro ponto fundamental que Lukács nos leva a refletir é em relação a teologia e a causalidade. Ao contribuir nessa discussão, Guerra (2000) afirma que:

Para satisfazer as suas necessidades o homem projeta finalidades, planeja suas ações, escolhe, dentre as alternativas possíveis, aquelas mais adequadas ao alcance de suas finalidades; constrói, utiliza e aperfeiçoa os instrumentos de trabalho, e por isso ele é também um ser crítico (GUERRA, 2000, p.7).

Guerra (2007) destaca que no processo de trabalho desenvolve-se um conjunto de conhecimentos, capacidades, habilidades e mediações fundamentais para a esfera da reprodução social. Ainda acrescenta que:

No trabalho o homem desenvolve capacidades, que passam a mediar sua relação com outros homens. Desenvolve também mediações, tais como a consciência, a linguagem, o intercâmbio, o conhecimento, mediações estas em nível da reprodução do ser social como ser histórico, e, portanto, postas pela práxis. Isso porque, o desenvolvimento do trabalho exige o desenvolvimento das próprias relações sociais e o processo de reprodução social, como um todo, requer mediações de complexos sociais tais como: a ideologia, a teoria, a filosofia, a política, a arte, o direito, o Estado, a racionalidade, a ciência e a técnica (GUERRA, 2007, p.4).

Para Guerra (2007) as relações construídas entre os homens e a natureza é que definem a instrumentalidade do trabalho. Uma vez que há a transferência por parte dele dessa consciência de desenvolvimento das ações para aquelas de reprodução social e que envolvem a ideologia, a técnica e outras.

Ou seja, é a partir dessa capacidade de ser crítico que o homem consegue transformar os bens naturais em produtos úteis e que garantem a sua sobrevivência. Capacidade essa de transformar a natureza a partir das necessidades humanas. França Junior (2015) afirma que para Lukács:

O trabalho dá lugar a uma dupla transformação. Por um lado, o próprio ser humano que trabalha é transformado por seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, a sua natureza, desenvolve as potências que nela se encontram latentes (FRANÇA JUNIOR, 2015, p. 02).

Isso significa que o trabalho é responsável pelo desenvolvimento do homem enquanto transformador da realidade, e assim tornando-se ser social, pela sua sociabilidade e reconhecimento de sua existência, como ser humano provedor impulsionado pelas tomadas de decisão e escolhas. Buscando novas formas do ser, lutando por seus direitos e emancipação como ser social em uma sociedade, buscando assim sua própria autonomia.

Segundo Semeghini (2009), Lukács:

[...] remete-nos a análise do trabalho como a categoria mais relevante que nos garante uma importante reflexão sobre os dados mais significativos para

a construção de uma abordagem específica do ser, centrada nas imbricadas relações da vida em sociedade (pág. 76).

Lukács, a partir de um novo enfoque particular na ontologia do ser social fornece-nos uma nova orientação, no campo da investigação teórica, para compreender a problemática do homem frente à natureza e às diversas formas de sociabilidade, a partir da evolução do processo sócio histórico. Na qual reconhece Aristóteles e Hegel, uma grande contribuição ao fornece o pressuposto ontológico, para compreender o trabalho em sua condição teleológica apesar dos limites teóricos em que se basearam as suas análises. Para Guerra (2007):

Se trabalho é relação homem-natureza, e práxis é o conjunto das formas de objetivação dos homens (incluindo o próprio trabalho) num e noutro os homens realizam a sua teleologia. Toda postura teleológica encerra instrumentalidade, o que possibilita ao homem manipular e modificar as coisas a fim de atribuir-lhes propriedades verdadeiramente humanas, no intuito de converterem-nas em instrumentos/meios para o alcance de suas finalidades. Converter os objetos naturais em coisas úteis, torná-los instrumentos é um processo teleológico, o qual necessita de um conhecimento correto das propriedades dos objetos. Nisso reside o caráter emancipatório do trabalho. Entretanto, tal conhecimento seria insuficiente se a ele não se acrescentasse a operatividade propriamente dita, a capacidade de os homens alterarem o estado atual de tais objetos (GUERRA, 2007, p.3).

A relação homem-natureza demonstrada acima pela autora traz uma conotação de partilha, onde a natureza oferece a matéria prima e o homem com a sua criatividade e inteligência. Dessa forma, transforma a natureza em objetos necessários ao seu dia a dia. Isso traz uma ideia de relação entre o homem e a natureza que dá sentido ao trabalho que garante a sua sobrevivência e desenvolve a sociabilidade humana. França Junior (2015) traz o debate de que na:

[...] condição ontológica-social inevitável do trabalho, na (re) produção do ser social, dá a ele um caráter universal e sócio histórico. O trabalho não é obra de um indivíduo, mas da cooperação entre os homens; só se objetiva socialmente, de modo determinado; responde as necessidades sócio históricas, produz formas de interação humana como a linguagem, as representações e os costumes.

A análise de Lukács era baseada no pensamento crítico dialético, numa evidente retomada crítica da herança hegeliana e da dimensão ontológica do pensamento de Marx. Destacamos que:

O único pressuposto do pensamento de Marx é o fato de que os homens, para poderem existir, devem transformar constantemente a natureza. Esta é a base ineliminável do mundo dos homens. Sem a sua transformação, a reprodução da sociedade não seria possível. Essa simultânea articulação e diferença do mundo dos homens com a natureza tem por fundamento o trabalho. Por meio do trabalho, os homens não apenas constroem materialmente a sociedade, mas também lançam as bases para que se construam como indivíduos. A partir do trabalho o ser humano se faz diferente da natureza, se faz um autêntico ser social, com leis de desenvolvimento histórico completamente distintas das leis que regem os processos naturais (LESSA, 2011, p. 17).

É importante destacar que o trabalho assume particularidades sócio históricas nos modos de produção. Na dinâmica do capitalismo, os trabalhadores foram desapropriados dos seus instrumentos do qual já estavam habituados em seus trabalhos, sendo este o único meio de sobrevivência que conhecia até o momento. O fundamento da sociedade burguesa é a exploração da força de trabalho do homem na produção, porém essa relação é ocultada na “liberdade” de troca de mercadoria e na transformação dos indivíduos em sujeitos de igualdade (dimensão formal-abstrata).

Na sociedade capitalista houve uma dominação dos processos de trabalho, trabalho este que exige técnica, o planejamento, coordenação, controle e execução das atividades e “a reprodução da propriedade privada requer que os seus indivíduos entendam do funcionamento do mercado, das lutas políticas, da política internacional” (LESSA, 2011, p. 94).

Já os empregadores, como relata Cedro (2005), detinham os instrumentos das atividades a serem desenvolvidas e pretendiam comprar a força de trabalho mediante o pagamento de salários, então se responsabilizaram pelo planejamento e a coordenação da produção. Cabia agora aos trabalhadores lutar pelo controle do conhecimento no processo produtivo em que estavam inseridos.

Cedro (2005) afirma que Marx (1818/1883) aborda a divisão do trabalho como aquela a que mudou as relações produtivas e humanas. Para ele, a essência da natureza humana era manifestada no trabalho no trabalho. Através deste, o homem expressava toda a sua humanidade e com o trabalho assalariado, houve a perda do controle no processo produtivo. O trabalhador executa somente uma parte do trabalho que anteriormente ele fazia por completo. Há a separação entre o planejamento e a execução do trabalho... o trabalho assalariado como aspecto da modernidade é fonte de poder da classe burguesia, pois é através dele que a burguesia tira o seu lucro.

Cedro (2005) lembrou que Marx analisou o funcionamento do capitalismo ao explicar como os empresários exploravam os seus empregados, para isso,

formulou o conceito de mais-valia, ou seja, as horas trabalhadas que não eram remuneradas. A variação da mais-valia para aumentar a produção se baseava em dois tipos: o aumento do ritmo da produção (relativa) e a ampliação de diferentes situações materiais, o que, em uma sociedade capitalista, traduz-se em situação econômica, na qual moldam diferentes sujeitos, e diferentes conflitos entre grupos de indivíduos submetidos a realidades materiais diferentes.

A divisão social do trabalho é para Marx “a totalidade das formas heterogêneas de trabalho útil, que diferem em ordem, gênero, espécie e variedade” (CAETANO, 2015, p. 07). Marx considera a divisão do trabalho não só como um meio para se alcançar a produção de mercadorias, mas considera a divisão de tarefas entre os indivíduos e ainda nas relações de propriedade. Ou seja, a divisão do trabalho e a especialização das atividades em classes, é basicamente a divisão dos meios de produção e da força de trabalho.

Caetano (2015) afirma que se para Durkheim a divisão social do trabalho gera solidariedade, para Marx, a divisão do trabalho expressa os meios de segmentação da sociedade. Em caráter primeiro, a divisão do trabalho se refere à apropriação dos meios de produção pelo empresário capitalista; em segundo, esta apropriação que distancia o trabalhador dos meios de produção, distancia o trabalhador de si mesmo, provocando neste, um estado de alienação.

Para Marx (1818/1883), a sociedade moderna está organizada sobre a produção econômica da mais-valia, ou seja, a exploração da força de trabalho proletário pela classe burguesa. Portanto, o sistema capitalista proporciona à burguesia a difusão de suas ideologias por meio do controle do aparelho do Estado.

Para Cedro (2005), à medida que a burguesia mudou as antigas formas de exploração do regime feudal, ela instituiu outro tipo de exploração: o trabalho industrial. Através da instituição do capital e da propriedade privada, as relações de produção se transformaram em relações de dependência e de dominação. Para ele Marx tem a consciência de sua época e acredita que para que haja a supressão dos dilemas da Modernidade, uma classe moderna deve chegar ao poder: o proletariado.

Percebe-se que as ideias de Marx, destinavam-se a todos os homens, pois denunciavam as contradições básicas da sociedade capitalista da sua época, a partir de um ideal revolucionário e de ação política prática.

Para Caetano (2015):

Na produção social da própria existência os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina a realidade; ao contrário, é a realidade social que determina a sua consciência (MARX apud CAETANO, 2015, p. 6)

Percebe-se que para Marx as relações sociais na sociedade moderna, são negativas, como demonstra Caetano, por serem a principal causa da desigualdade social entre os homens. Para Marx (apud CAETANO, 2015, p.7) “a história de toda sociedade até hoje é a história da luta entre classes”.

Na sociedade capitalista, domina a produção de mercadorias, até mesmo o trabalhador se torna uma mercadoria inserida nos processos de compra e venda da força de trabalho. Na sociabilidade capitalista aparece sua contradição estruturante e fundamental de uma sociedade dividida em classes: quanto mais riquezas o trabalho produz mais o capital se apropria assim como a produção da riqueza é cada vez mais coletiva e sua apropriação é restrita a um pequeno grupo social.

Assim, as diferenças entre classes na sociedade moderna levam a necessidade de perceber que é preciso criar meios que diminuam as diferenças entre os indivíduos. A partir desses pressupostos sobre os fundamentos e das particularidades do trabalho no capitalismo apresentamos a seguir a discussão sobre a instrumentalidade do Serviço Social.

2.2 A Instrumentalidade do Serviço Social: debate teórico-conceitual

O debate sobre instrumentalidade tem sido de grande importância para o Serviço Social, uma vez que a partir dela é possível caracterizar e fortalecer o trabalho desenvolvido pelos profissionais da área, bem como apontar os desafios e possibilidades que atravessam os processos de trabalho em que assistentes sociais estão inseridos.

Ao falar da Instrumentalidade do Serviço Social, defronta-se com às tendências presentes nas requisições profissionais de atribuir aos instrumentos e técnicos municiadores da intervenção um *status* superior àquele que é dado aos demais componentes da prática profissional. Com isso pode-se afirmar que a

instrumentalidade no exercício profissional “refere-se, não ao conjunto de instrumentos e técnicas (neste caso, a instrumentação técnica), mas a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio histórico” (GUERRA, 2009). Assim, percebe-se que a importância da instrumentalidade presente no dia-a-dia do profissional permite uma maior reflexão e conhecimento da realidade em que atua.

O tema sobre instrumentalidade inicialmente pode ser relacionado aos meios e instrumentos necessários à intervenção profissional do assistente social para atingir determinados objetivos e intencionalidades profissionais. Para Guerra (2000), o sufixo “idade” está relacionado com “capacidade, qualidade ou propriedade de algo” (p. 05). Dessa forma, o conceito de instrumentalidade não pode ser confundido com os instrumentos.

Nessa perspectiva, instrumentalidade e instrumentos relacionam-se, mas não são a mesma coisa. Ou seja, a instrumentalidade não pode ser confundida com os instrumentos técnico-operativos (a exemplo de um relatório ou um estudo social). Os instrumentos técnico-operativos têm uma importância estratégica no debate da instrumentalidade, mas esta última não se reduz aos mesmos.

Guerra (2000) faz a seguinte conceituação de instrumentalidade:

Instrumentalidade do Serviço Social remete a uma determinada capacidade ou propriedade que a profissão adquire na sua trajetória sócio histórica, como resultado do confronto entre as condições objetivas e as posições teleológicas de seus agentes profissionais e dos agentes sociais que demandam o exercício profissional, entre as respostas profissionais e as demandas colocadas à profissão, as quais atribuem-lhe determinados significados e reconhecimento social (GUERRA, 2000, p. 6)

A partir do entendimento da instrumentalidade como confronto entre teleologias e causalidades, podemos perceber que esse conceito possui vínculos orgânicos desta concepção com a categoria trabalho, por isso que apresentamos algumas questões sobre esta temática no tópico anterior a fim de nos dar subsídios para a compreensão da instrumentalidade da profissão.

Na relação com a natureza, o homem requer instrumentalidade para suprir e atender suas necessidades, dessa forma, a instrumentalidade é uma condição indispensável para a reprodução social. Logo, o trabalho possui instrumentalidade, pois no movimento de transformação da natureza, “os homens vão construindo seus

instrumentos”, aqui se localiza o caráter emancipador da instrumentalidade do trabalho (GUERRA, 2000, p. 08). Nesse sentido:

O processo de trabalho implica: uma *necessidade*, diversas *alternativas*, a *projeção* na consciência do resultado de cada uma delas, a *escolha* do sujeito pela alternativa que lhe parece mais viável para tender aquela necessidade (GUERRA, 2000, p. 08).

A partir das reflexões da autora citada anteriormente, a instrumentalidade do Serviço Social deve ser compreendida com uma propriedade e um determinado modo de ser da profissão, condição básica para o seu reconhecimento social. Além disso, a instrumentalidade refere-se à objetivação das intencionalidades profissionais interferindo na esfera da reprodução social. Possui um caráter sócio-histórico e apresenta-se como uma condição de possibilidade no exercício profissional.

O significado sócio-histórico do Serviço Social e seu reconhecimento social é resultado, principalmente, das respostas que a profissão dá às demandas socialmente colocadas à esta categoria. Sua utilidade social está em responder às necessidades das classes sociais em disputa e conflito, que se transformam, por meio de muitas mediações, em demandas para a profissão. Nesse movimento, a instrumentalidade é mediação:

Se é verdade que a instrumentalidade insere-se no espaço do singular, do cotidiano, do imediato, também o é que ela, ao ser considerada como uma particularidade da profissão, dada por condições objetivas e subjetivas, e como tal sociohistóricas, pode ser concebida como *campo de mediação* e instância de passagem (GUERRA, 2007, p. 29).

Enquanto mediação, a instrumentalidade possibilita ultrapassar das ações meramente instrumentais, rotineiras e burocratizadas para um exercício profissional crítico, competente e qualificado. As referências teóricas, explicativas da lógica e da dinâmica da sociedade podem ser remetidas à compreensão das particularidades do exercício profissional e das singularidades do cotidiano. A categoria de mediação é introduzida no discurso profissional inicialmente pela via da análise política, da sua articulação no âmbito das políticas sociais e de sua inserção profissional (PONTES, 2000).

O fazer do profissional de Serviço Social passa por inúmeros desafios, que devem levar a um fazer profissional de qualidade. Reconhecer a instrumentalidade

como mediação significa tomar o Serviço Social como totalidade constituída e síntese de múltiplas dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. É importante lembrar que a instrumentalidade é dinâmica, está em permanente movimento e transformações, se adequando às demandas, à tecnologia disponível e ao processo histórico dos sujeitos coletivos em relação.

A instrumentalidade como uma particularidade, um campo de mediações configura-se como a capacidade tanto de articular tais dimensões indissociáveis e possibilitar a tradução crítica das demandas sociais em respostas profissionais competentes. Ou seja, “a instrumentalidade é uma categoria necessária ao trabalhador para a identificação e a fundamentação do trabalho” (GUERRA, 2009, p. 162). Acrescenta a autora:

Há algo que precede a discussão de instrumentos e técnica para a ação profissional, que no nosso entendimento refere-se à sua instrumentalidade, ou melhor a dimensão que o componente instrumental ocupa na constituição da profissão. Para além das definições operacionais (o que faz, como faz), necessitamos compreender "para que" (para quem, onde e quando fazer) e analisar quais as consequências que no nível "mediato" as nossas ações profissionais produzem. ainda neste nível — do mediato — entendemos que as requisições dos profissionais vislumbram uma modalidade de razão que permite atuar com as dificuldades, limitações e constrangimentos colocados pelas situações objetivas sob as quais a intervenção profissional se realiza; que possibilite operar com os dados coletados na intervenção profissional, transformá-los em conhecimento sobre a população atendida e revertê-los em conteúdo dos projetos sem que, contudo, o profissional tenha que capitular diante do pensamento conservador e reformista (GUERRA, 2009, p. 30)

A instrumentalidade não pode ser vista apenas como instrumentos e técnicas, mas também como a capacidade de exercer uma profissão capaz de provocar transformações na sociedade em que está inserida, possibilitando aos usuários obter respostas para os problemas que os afligem e que podem receber atendimento desses profissionais.

O tema da instrumentalidade no Serviço Social acompanha o processo de desenvolvimento da profissão, que tem seu sentido construído a partir da exigência de intervenção na chamada “questão social”, através, sobretudo, das chamadas políticas sociais emanadas pelo Estado em articulação com o empresariado, especialmente na primeira metade do século passado.

A questão social enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Sua

produção / reprodução assume perfis e expressões historicamente particulares na cena contemporânea (IAMAMOTO, 2001, p. 10).

A partir dessas considerações, os processos de trabalho em que o assistente social está inserido são atravessados por correlações de forças sociais em disputas, os tensionamentos entre Estado e sociedade civil e da capacidade da esfera estatal responder as demandas apresentadas com o aprofundamento das expressões da “questão social”, exigindo um determinado agente profissional especializado para atuar junto às políticas públicas.

No processo de trabalho do Serviço Social, são mobilizados um conjunto de conhecimentos, competências e habilidades para responder as necessidades dos usuários da profissão, nesse processo surge a temática dos instrumentos técnico-operativos do trabalho profissional. Ao falar de instrumentos técnico-operativos, não podemos cair nos discursos que fortalecem uma concepção de “fetiche dos instrumentos” ou de “metodologismo”, que privilegiam o “como fazer” e as metodologias de ação. Os debates dos instrumentos técnico-operativos devem estar articulados à uma fundamentação teórico-metodológica e ético-política, ou seja, uma intervenção profissional orientada por valores e compromissos sociais.

O instrumento é uma das primeiras manifestações de que algo foi idealizado, e que com o trabalho ele será definido, dali parte algo que vai ser inserido na vida do ser humano para cumprir alguma necessidade. Nesse caso, é importante a escuta do profissional em relação ao usuário que sempre se atente em detalhe, não tendo como base o simples preenchimento de fichas ou questionários, mas sempre investigar, ter um diálogo mais profundo sem conclusões precipitadas.

Assim, o instrumento de trabalho surge como um meio de garantir a realização do trabalho, tornando-se fundamental no processo de intervenção profissional. Pois a instrumentalidade permite ao Assistente Social chegar aos objetivos planejados e necessários para a transformação das relações sociais.

Lewgoy e Silveira (2007) afirmam que:

Uso do instrumento só é possível em ligação com a consciência do fim da ação do trabalho tornando se, assim, um objeto social, o produto de uma prática social de trabalho. Por esse fato o conhecimento humano seja o mais simples (que se realiza diretamente a ação de trabalho com ajuda de um instrumento) não se limita a experiência pessoal de um indivíduo: acima de tudo se realiza na base da aquisição por ele da prática social (LEWGOY; SILVEIRA, 2007, p. 234).

Há uma necessidade de atuar sobre a realidade, e para isso é preciso ir em busca de conhecimento. Para intervir é necessário conhecer a realidade, o que permitirá que se tenha um procedimento adequado. A pesquisa é “[...] um processo sistemático de ações, visando investigar/interpretar, desvelar um objeto que pode ser um processo social, histórico, um acervo teórico ou documental” (GUERRA, 2009, p.9). Assim, é possível além de conhecer a realidade existente, que o profissional de Serviço Social use o conhecimento adquirido como requisito para a intervenção na realidade. Ressaltamos:

É preciso buscar na realidade as possibilidades da ação profissional. Isso não está dado na teoria. O que a teoria possibilita é a apreensão do real, a partir disso deve-se buscar possibilidades de ação-se concluir que articular a profissão e a realidade é um dos maiores desafios, pois entende-se que o Serviço Social não atua apenas sobre a realidade, mas atua na realidade. Nesta perspectiva, compreende-se que as análises de conjuntura – com o foco privilegiado na questão social -, não são apenas o pano de fundo que emolduram o exercício profissional; ao contrário, são partes constitutivas da configuração do trabalho do Serviço Social devendo ser apreendidas como tais. O esforço está, portanto, em romper qualquer relação de exterioridade entre profissão e realidade, atribuindo-lhe a centralidade que deve ter no exercício profissional (IAMAMOTO, 2009, p.55).

Além das questões apresentadas anteriormente chamamos atenção que “para entender a realidade também é necessário conhecer a história do passado e do presente para a realidade social posta na sociedade capitalista, sabendo que o presente aponta tendências para o futuro” (GUERRA, 2009. p. 701).

O conhecimento aportado pelo profissional oferece a possibilidade, ao usuário, de ser usado como instrumento de investigação, indagação e reflexão, buscando a reestruturação cognitiva a respeito do fenômeno, repercutindo, de forma abrangente, na vida daquele indivíduo e na sua rede de relações sociais. Desse modo, reconhece-se que o assistente social é responsável por ocupar um espaço profissional e deter informações, saberes e conteúdos (competência técnica e ética) dos quais teve condições de se apropriar, e para o qual também contribuiu o conhecimento empírico aportado por diferentes sujeitos.

A competência técnica promoverá uma nova perspectiva sobre uma situação e servirá para desfazer afirmações e crenças negativas, promovendo uma forma diferente de pensar, encarar os fenômenos e levar a mudanças significativas por meio de novos conhecimentos (LEWGOY, SILVEIRA, 2007). Deduz-se que esta competência é um pré-requisito em todos os cargos, pois são as atribuições básicas

para o desempenho na função de Assistente Social e suas atribuições do dia a dia. Estão pautadas também nos conhecimentos e habilidades adquiridos por uma pessoa através da educação formal e não formal, como treinamentos, cursos profissionalizantes, experiências, oficinas, palestras etc.

Atualmente, o mercado de trabalho exige as competências técnicas e algumas habilidades específicas, tais como: habilidades com informática, tecnologias em geral, análise de dados em uma situação de conflito perante a realidade socioeconômica diferenciada, etc. Dessa forma, o tema da instrumentalidade ganha cada vez mais sentido e importância estratégica em um contexto de mudanças no mundo do trabalho, o que requer a necessidade de formação e qualificação contínua deve ser tanto motivado por ele mesmo, quanto no local em que ele trabalha. Sem perder de vista seus objetivos e intencionalidades profissionais na defesa e fortalecimento dos movimentos sociais organizados, em defesa dos direitos humanos, da classe trabalhadora e de uma sociedade livre e emancipada.

3 SERVIÇO SOCIAL E INSTRUMENTALIDADE: FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL

Na presente seção apresentamos uma breve análise do processo de profissionalização, a formação e o trabalho profissional do Serviço Social no contexto da sociedade capitalista a partir de uma perspectiva histórico-crítica bem como situa o debate em torno das diretrizes curriculares. Nesse sentido, recorreremos aos autores que analisam o processo de institucionalização e renovação do Serviço Social no Brasil bem como apresentamos as contribuições da ABEPSS no que tange ao debate da formação profissional com destaque para as diretrizes curriculares, bases situar a instrumentalidade na formação profissional a partir de algumas questões presentes no curso de Serviço Social da UFT campus de Miracema.

3.1 Serviço Social no âmbito das relações sociais capitalistas

O processo de gênese, institucionalização e profissionalização do Serviço Social no Brasil possui particularidades sócio- históricas que devem ser apreendidas para possibilitar uma melhor compreensão da emergência e do processo de inserção da profissão na divisão social e técnica do trabalho, do ponto de vista dos seus fundamentos, legitimação e funcionalidade no âmbito da sociedade capitalista.

Na produção teórico-intelectual sobre o surgimento do Serviço Social como prática institucionalizada tem se dado sob duas perspectivas principais ou duas diferentes teses sobre a “gênese” e “natureza do Serviço Social”: a “perspectiva endogenista” e a “perspectiva histórico-crítica” (MONTAÑO, 2011).

A primeira compreende o Serviço Social como profissionalização de práticas de ajuda, caridade e filantropia para intervir nas expressões da “questão social”. Essa perspectiva possui aqueles autores vinculados ao Serviço Social tradicional¹, que tinham como a metodologia de caso, grupo e comunidade na intervenção profissional e aqueles que associam a gênese da profissão com as formas

¹ Entendemos Serviço Social tradicional a partir de Paulo Netto (2011) como “a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada’ dos profissionais, parametrada ‘por uma ética liberal-burguesa’ e cuja teleologia ‘consiste na correção – desde um ponto de vista claramente funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável” (p. 117-118).

de ajuda e beneficência realizadas junto às sequelas da “questão social”, reatualizando concepções presentes na Idade Média que tinham como perspectiva filosófica o pensamento de São Tomás de Aquino. Dessa forma, o Serviço Social é analisado a partir de si mesmo, considerando-o como evolução de várias etapas de forma autônoma, sem nenhuma relação com os fundamentos da sociedade, suas classes e lutas sociais, por isso é uma tese de cunho endogenista² (MONTAÑO, 2011).

Já a perspectiva histórico-crítica compreende a origem do Serviço Social situado no contexto de desenvolvimento do capitalismo monopolista, onde Estado é chamado a responder as demandas oriundas da “questão social”. Aqui o profissional de assistente social tem função essencialmente política inscrito na divisão social e técnica do trabalho, atuando na reprodução da força de trabalho através das políticas sociais. A profissão é um produto histórico, uma síntese de embates e lutas sociais que intervém na reprodução das relações sociais e na ideologia da classe dominante³ (MONTAÑO, 2011). É seguindo essa perspectiva que nos propomos analisar o processo de profissionalização do Serviço Social, articulando o papel do Estado e das políticas sociais na dinâmica do capitalismo monopolista.

O Serviço Social tem como suas bases para implantação a “questão social” nas décadas de 1920 e 1930 em um cenário de aprofundamento do capitalismo marcado pela crescente industrialização, etapa que aprofundou as contradições sociais na sociedade e expôs as desigualdades sociais entre classe burguesa e trabalhadora. A “questão social” aqui é compreendida como a inserção da classe operária arena pública e política, de forma organizada e articulada, consciente das desigualdades sociais advindas da exploração, exigindo do Estado o atendimento de suas necessidades através de políticas públicas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009).

Até início do século XX, por volta dos anos 1930, a “questão social” era tratada como “caso de polícia” por meio de ações repressivas e de violência, também de responsabilidade de órgãos de ação social, em sua maioria, protagonizadas pela Igreja Católica, onde “a assistência social não passava de práticas descontínuas e desarticuladas, voluntaristas, benevolentes, da caridade e da solidariedade irracional”

² São principais representantes dessa perspectiva: Ana Augusta Almeida, Balbina Ottoni Vieira, José Lucena Dantas, dentre outros (MONTAÑO, 2011).

³ São representantes dessa perspectiva: Marilda Iamamoto, Manuel Manrique Castro, Maria Lúcia Martinelli, José Paulo Netto e outros (MONTAÑO, 2011).

(CISNE, 2012, p. 30). Esse momento histórico é caracterizado por baixos salários; formação de contingentes de trabalhadores destinados a morarem em lugares insalubres, sem condições básicas e mínimas de higiene e segurança; existência de crianças operárias submetidas a castigos físicos; índices de desemprego e empobrecimento entre os trabalhadores. Os autores a seguir acrescentam que:

A jornada normal de trabalho – apesar de diferir por ramos industriais – é, no início do século, de 14 horas. Em 1911 será em média de 11 horas e, por volta de 1920, de 10 horas. Até o início da década de 1920, no entanto, dependerá na maioria das vezes das necessidades das empresas. Mulheres e crianças estarão sujeitas à mesma jornada e ritmo de trabalho, inclusive noturno, com salários bastante inferiores. O operário contará para sobreviver apenas com a venda diária da força de trabalho, sua e de sua mulher e seus filhos. Não terá direito a férias, descanso semanal remunerado, licença para tratamento de saúde ou qualquer espécie de seguro regulado por lei. Dentro da fábrica estará sujeito à autoridade absoluta – muitas vezes paternalista – de patrões e mestres. Não possuirá também garantia empregatícia ou contrato coletivo, pois as relações no mercado de trabalho permanecem estritamente no campo privado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 129-130).

Estas condições de existência e de trabalho impulsionaram a organização política dos trabalhadores enquanto classe para a defesa dos seus interesses em que passaram a exigir do Estado os seus direitos, principalmente no âmbito trabalhista, estavam entre as principais exigências pela classe operária: o aumento dos salários, redução da jornada de trabalho, proibição do trabalho infantil, o direito às férias, seguros contra acidentes e doenças e regulamentação dos contratos de trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009).

Cisne (2012) destaca que essa nova organização da classe trabalhadora demandou do Estado outras respostas à “questão social”, já que a polícia não conseguia mais controlar, pois continuar com a repressão policial seria uma ameaça à própria legitimidade e sustentabilidade do Estado, considerando que as reivindicações e a organização dos trabalhadores demonstravam a sua força e consciência política e o seu questionamento ao poder repressivo e violento do Estado e do empresariado. Diante de tal situação no Brasil, Getúlio Vargas é obrigado a reconhecer a existência da “questão social” e assumir a responsabilidade do Estado, exigindo uma maior atenção com as políticas sociais, sobretudo as de cunho trabalhista.

Nessa perspectiva de análise, o Serviço Social é uma profissão entendida como um resultado de um contexto histórico e político que atua na execução de

políticas sociais, estas apresentadas como respostas do Estado às demandas e reivindicações da classe trabalhadora na dinâmica capitalista e suas particularidades da sociedade e realidade brasileiras. Assim:

O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes – a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial – e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder de Estado em conjunturas históricas específicas. É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada “questão social”, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 77).

Dando continuidade sobre a discussão da profissionalização do Serviço Social, Paulo Netto (2011) acrescenta algumas reflexões ao tema e defende a ideia de que não basta situar somente a “questão social” como fundamento e legitimidade da gênese do Serviço Social, mas é indispensável situar o surgimento da profissão no contexto do capitalismo na particularidade dos monopólios. Segundo o autor:

A apreensão da particularidade da gênese histórico-social da profissão nem de longe se esgota na referência à “questão social” tomada abstratamente; está hipotecada ao concreto tratamento desta num momento muito específico do processo da sociedade burguesa constituída, aquele do trânsito à idade do monopólio, isto é, as conexões genéticas do Serviço Social profissional não se entrecruzam com a “questão social”, mas com suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica (PAULO NETTO, 2011, p. 18).

Seguindo essa concepção do referido autor, ressaltamos que a “questão social” no contexto do capitalismo monopolista apresenta características específicas seja do ponto de vista político e social que merecem uma maior atenção para compreendermos o significado social da profissionalização do Serviço Social e seu papel na divisão social e técnica do trabalho inserido nas relações sociais da sociabilidade capitalista.

O capitalismo na sua fase monopolista é marcado pelo aprofundamento das contradições próprias e intrínsecas à sociedade capitalista e dos mecanismos e processos de exploração, alienação e reificação. Tem-se também um movimento de redimensionamento do papel econômico e financeiro dos bancos garantindo o aumento das taxas de lucros e um maior controle dos mercados, evidenciando a

contradição fundante e estrutural da sociedade burguesa relacionada à produção coletiva e apropriação privada da riqueza socialmente produzida, pois “internacionalizada a produção, grupos de monopólios controlam-na por cima de povos e Estado” (PAULO NETTO, 2011, p. 24).

No contexto dos monopólios agudizam-se as contradições sociais e as desigualdades sociais, políticas e econômicas; conseqüentemente aprofunda-se a luta de classes dado os processos de superacumulação de capitais em decorrência da monopolização dos mercados em oposição ao atendimento das demandas e necessidades da classe trabalhadora, dessa forma, o Estado também cumpre um papel nesse terreno de disputas. A esfera estatal atua no sentido na reprodução social para garantir o consenso e coesão social para o controle desses conflitos de classe sem ameaçar os interesses dos grupos da ordem monopolista, portanto, o Estado reproduz a lógica monopolista através da articulação deste com os grupos monopolistas.

É na dinâmica do capitalismo monopolista que estão as condições sócio-históricas para o surgimento do Serviço Social enquanto profissão para implementar as políticas sociais junto às classes trabalhadoras, com o objetivo de “minimizar” e apaziguar os conflitos de classe, atendendo também a necessidade das classes dominantes de controlar a força de trabalho. Aqui reside o significado sócio-histórico do Serviço Social nas políticas sociais implantadas pelo Estado articulado aos interesses do empresariado (CISNE, 2012).

O Serviço Social é uma categoria profissional que participa da reprodução dos mecanismos de controle e exploração das classes subalternas, e o seu processo de institucionalização está relacionado à expansão de grandes instituições assistenciais do Estado, como também das iniciativas do empresariado que colocavam para estes agentes profissionais especializadas atividades de prestação de serviços sociais. Nesse sentido, encontramos a especificidade do Serviço Social nas relações sociais capitalistas:

O Assistente Social passa a receber um mandato diretamente das classes dominantes para atuar junto à classe trabalhadora. A demanda de sua atuação não deriva daqueles que são alvo de seus serviços profissionais – os trabalhadores – mas do patronato, que é quem diretamente o remunera, para atuar, segundo metas estabelecidas por estes, junto aos setores dominados (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 83).

As instituições assistenciais do Estado possuíam uma forte articulação com ações e atividades da Igreja Católica, mas também outras instituições assistenciais⁴ eram mantidas pela Igreja ligadas à Ação Social e à Ação Católica quem tinham relação com as famílias mais abastardas da burguesia paulista e carioca, sendo requisitadas principalmente as mulheres, sendo estas motivadas por uma “missão” e “vocação” para atuar junto à classe trabalhadora, evidenciado a forte marca e presença no caráter vocacional e missionário na origem da profissão. A gênese do Serviço Social é caracterizada por uma forte relação com setores e as iniciativas da Igreja Católica, dessa forma, a doutrina social cristã que legitimava a profissão e foi esta quem orientou a formação profissional das primeiras Escolas de Serviço Social no Brasil, e conseqüentemente as profissionais pioneiras (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009).

Em 1932 em São Paulo é criado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) que surgiu a partir de iniciativas de setores das classes dominantes ligados à Ação Social com o apoio da Igreja Católica, através de segmentos ligados à Ação Católica. O CEAS tinha como objetivo a formação de membros com fundamento na doutrina social da Igreja para atuarem nas expressões da “questão social”, principalmente as mulheres, pois estas possuem uma “vocação natural” para práticas “educativas” e “caridosas”; assim cabe a elas um papel de destaque para intervir junto às classes mais empobrecidas da sociedade, com maior ênfase numa intervenção ideológica, para afastá-lo de práticas e influências subversivas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009). A profissão continua sendo predominantemente feminina e contudo sendo confundida com desenvolvimento de ações.

Posteriormente, vinculado ao CEAS, em 1936 surge a primeira Escola de Serviço Social no Brasil por iniciativa do movimento católico configurando como marco na formação pioneira em Serviço Social no Brasil. Essa iniciativa demonstrou uma preocupação com a formação técnica especializada de profissionais para intervenção na assistência, esta não de responsabilidade restrita da Igreja, mas também do Estado e do empresariado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009)..

A partir desses elementos apresentados acima é possível compreendemos que o processo de gênese e profissionalização do Serviço Social esteve intimamente

⁴ Entre as grandes instituições assistenciais, destaca-se a Legião Brasileira de Assistência (LBA), sendo a primeira grande instituição nacional de assistência social criada em 1942 (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009).

articulado com o pensamento conservador seja com a doutrina social da Igreja seja com perspectivas teóricas como o positivismo, funcionalismo e etc., que se relacionam com ideologia das classes dominantes que legitima e reforçam a manutenção e a reprodução da sociabilidade burguesa. Ou seja:

O Serviço Social, como profissão inscrita na divisão social do trabalho, situa-se no processo da reprodução das relações sociais, fundamentalmente como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora [criando] bases políticas que legitimem o exercício de poder de classe, contrapondo-se às iniciativas autônomas de organização e representação dos trabalhadores (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 93-94).

Segundo Paulo Netto (2011), até o início dos anos 1960, quase que inexistia polêmicas teórico-políticas no interior do Serviço Social brasileiro, pois se apresentava como uma categoria profissional muito homogênea nas suas concepções, com pouca ou nenhuma participação político-partidária; com reduzidas elaborações teóricas sobre a profissão; e ausência de disputas nas direções do Serviço Social, seja nas entidades como nas suas diretrizes.

Tal cenário de “tranquilidade” vem a mudar com a implantação da ditadura civil-militar instaurada com Golpe de 1964, têm-se a partir daí a vigência da “autocracia burguesa” que impactou no Serviço Social num duplo movimento contraditório, pois ao mesmo tempo em que a ditadura reforçou práticas “tradicionais” da profissão, também possibilitou a emergência de condições novas para a reformulação do Serviço Social desde a sua formação até o exercício profissional. Tais condições novas estavam relacionadas redimensionamento na estrutura e funções do Estado e da sua relação com a sociedade no contexto da ditadura sob os interesses do grande capital (PAULO NETTO, 2011).

No início da década de 1970, o regime militar começa a dar sinais de esgotamento e põe em cheque sua dominação e hegemonia, esse cenário se aprofunda a partir da crise econômica que atingia o país principalmente com crise do petróleo que abalou o cenário econômico internacional, o que tornou clara a “crise do milagre brasileiro” e com ela a deslegitimação dos governos militares. Entram em cena também, as crescentes mobilizações sociais protagonizadas pelos mais diferentes movimentos sociais do campo e da cidade bem como entidades da sociedade civil organizada (BRAVO, 2009).

Tal cenário impacta no interior da profissão de Serviço Social e inicia um movimento da profissão questionar suas bases teóricas e função social fomentando um grande e heterogêneo debate na profissão. Segundo Paulo Netto (2011), no âmbito da renovação do Serviço Social destacam-se três principais perspectivas de pensar e propor a profissão, no que tange a sua legitimidade orientadas por distintas matrizes teórico-metodológicas, são elas: a “perspectiva modernizadora” (de base positivista); a “reatualização do conservadorismo” (de base fenomenológica); e a “intenção de ruptura” (de base marxista).

Essas vertentes se apresentavam nos “Seminários de Teorização do Serviço Social” que eram eventos organizados para criar formulações sobre como refletir o Serviço Social, sua prática profissional, funcionalidade e referenciais teóricos.

A terceira perspectiva chamada de “intenção de ruptura” tinha o objetivo de romper com o tradicionalismo na profissão, bem como seus referenciais teórico-metodológicos, com suas práticas profissionais e conservadoras. Opunha-se também as concepções expressas nas correntes da matriz positivista e fenomenológica. Essa perspectiva emergiu na década de 1970 no espaço universitário com a experiência inicial da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, através do chamado “Método de BH”. Essa vertente prevalecia um caráter de crítica e recusa do Serviço Social tradicional e outras tendências conservadoras na profissão (PAULO NETTO, 2011).

A partir do exposto, foi somente através da perspectiva de “intenção de ruptura” que o Serviço Social se aproxima do marxismo e consegue avançar na compreensão da profissão inserida no contexto das relações sociais da sociedade burguesa; sua inserção na divisão social e técnica do trabalho; as contradições da realidade social; bem como os limites e as possibilidades da intervenção profissional do assistente social. A hegemonia dessa vertente vai impactar decisivamente nos rumos da profissão a partir daí, dos vínculos entre Serviço Social e trabalho, seja na compressão da condição assalariada da profissão como na relação com os usuários; vai interferir na leitura e concepção de formação profissional expressas nas diretrizes curriculares; bem como o entendimento da instrumentalidade do Serviço Social.

3.2 Trabalho e formação profissional em Serviço Social: contribuições das diretrizes curriculares da ABEPSS

As atuais diretrizes curriculares (ABEPSS, 1996) que orientam a formação profissional em Serviço Social são orientadas pela teoria social crítica (legado do processo de renovação do Serviço Social no Brasil) e são resultantes de um processo histórico que envolvem sujeitos coletivos em uma sociedade na qual protagonizam a defesa de um currículo mínimo para todo o território nacional e da formação profissional pública, gratuita, presencial, laica e de qualidade.

O ensino do curso de Serviço Social no Brasil passou por mudanças significativas, como a que aconteceu a partir da XXVIII Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), ocorrida em Londrina – PR, em outubro de 1993, que deliberou sobre o currículo mínimo vigente desde 1982 (ABEPSS, 1996).

De 1994 a 1996 foram realizadas 200 oficinas nas 67 Unidades da ABESS, que resultaram em 1995 na Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional, contendo os pressupostos, diretrizes, metas e núcleos de fundamentação do novo desenho curricular. Em 1996 um segundo documento foi elaborado intitulado “Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional: novos Subsídios para o debate” (ABEPSS, 1993).

No primeiro momento iniciou-se com avaliação dos impasses e tensões que desafiavam a formação profissional numa perspectiva contemporânea e de qualidade. Com base neste diagnóstico foi elaborada e aprovada na XXIX Convenção Nacional da ABESS, em Recife, dezembro de 1995, a Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional, contendo os pressupostos, diretrizes, metas e núcleos de fundamentação da nova lógica curricular para os cursos de Serviço Social (ABEPSS, 1996).

Posteriormente, o Grupo de Consultores de Serviço Social e a Consultoria Pedagógica elaboraram a Proposta Nacional de Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social. Esta proposta foi apreciada na II Oficina Nacional de Formação Profissional e aprovada em Assembleia Geral da ABESS.

Nas Diretrizes Curriculares para o Serviço Social ficou definido o perfil para o Assistente Social a partir da sua área. Segundo as Diretrizes o Assistente Social deve ter o seguinte perfil:

Perfil dos Formandos: Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho (MEC, 2002, p. 01).

Além do perfil apresentado as Diretrizes apresentam também as competências e habilidades para a formação em Serviço Social, é importante chamar atenção que tais competências e habilidades estão direta ou indiretamente articuladas ao tema da instrumentalidade, bem como relação com os instrumentos técnico-operativos:

A) Gerais

A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à

- compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social;
- utilização dos recursos da informática.

B) Específicas

A formação profissional deverá desenvolver a capacidade de

- elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
- contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais;
- planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais;
- prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
- realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social (MEC, 2002).

As Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996) estão estruturadas e organizadas em pressupostos e princípios da formação profissional entre os quais ressaltamos: adoção de um rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da vida social, bem como a inserção do Serviço Social nesse contexto; adoção de uma teoria social crítica que possibilite uma apreensão da totalidade social contemplando ao mesmo tempo os aspectos da universalidade, particularidade e singularidade (mediações); transversalidade das dimensões investigativa e interventiva no processo de formação profissional e articulação teoria-realidade; e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma,

[...] as diretrizes curriculares aprovadas pela Abepss, em 1996, sustentam-se nos aportes da Teoria Social Crítica (esta apoiada no pensamento marxiano) e indicam que a formação profissional deve considerar o Serviço Social como uma totalidade e, neste sentido, determinado historicamente e atravessado por múltiplas determinações de natureza econômica, política, cultural e ideológica (ORTIZ. 2013, p. 12-13).

Nas Diretrizes Curriculares propostas pela ABEPSS estão expressos os núcleos temáticos de fundamentação que estruturam o projeto de formação profissional do Serviço Social; ao mesmo tempo, oferecem um conjunto de conhecimentos necessários à capacitação profissional dos assistentes sociais, são eles: 1. Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2. Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e 3. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. É importante destacar que estes núcleos não são pensados de forma hierárquica ou de forma desconexa e fragmentária, mas complementares e necessariamente articulados entre si. Sobre esses núcleos de fundamentação, apresentamos:

O primeiro núcleo – *fundamentos teórico-metodológicos da vida social* – indica ser necessário ao assistente social o domínio de um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer e decifrar o ser social, a vida em sociedade. O segundo núcleo – *fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira* – remete à compreensão da sociedade brasileira resguardando as características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais. O terceiro núcleo – *fundamentos do trabalho profissional* – compreende todos os elementos constitutivos do Serviço Social como especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórico, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado (IAMAMOTO, 2011, p. 72 - grifos originais da autora).

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) é uma entidade civil de natureza acadêmico-científica em âmbito nacional, criada em 1946 e completa 73 anos em 2019. É a entidade protagonista do debate da formação profissional mas que se articula as demais entidades da profissão (Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESSO) para defesa do Projeto Profissional do Serviço Social.

A ABEPSS atua na construção de subsídios e debates coletivos para qualificar a formação profissional da área, seja na graduação como em nível de pós-

graduação e na articulação entre ensino, pesquisa e extensão daí a importância de fortalecermos politicamente as entidades do Serviço Social brasileiro, na perspectiva de defesa da formação e do trabalho profissional. De forma geral, a entidade tem como objetivos:

- I- Propor e coordenar a política de formação profissional na área de Serviço Social que associe organicamente ensino, pesquisa e extensão e articule a graduação com a pós-graduação;
- II- Fortalecer a concepção de formação profissional como um processo que compreende a relação entre graduação, pós-graduação, educação permanente, exercício profissional e organização política dos assistentes sociais;
- III- Contribuir para a definição e redefinição da formação do assistente social na perspectiva do projeto ético-político profissional do Serviço Social na direção das lutas e conquistas emancipatórias;
- IV- Propor e coordenar processos contínuos e sistemáticos de avaliação da formação profissional nos níveis de Graduação e Pós-Graduação (ABEPSS, 2010).

A apreensão de temas afins ao Serviço Social depende da afirmação de profissionais propositivos e sintonizados com o ritmo das transformações societárias em curso, e capacitados para estabelecer mediações teóricas e práticas entre aquilo que se expressa ao seu redor e no contexto da sociedade, de modo particular e geral, no plano individual e universal. Entre os temas que tem ganhando relevância na formação profissional, especialmente com a expansão e precarização do ensino superior, é o debate sobre estágio supervisionado, dessa forma, a ABEPSS em articulação com o coletivo da categoria profissional construiu a Política Nacional de Estágio (PNE) como uma das estratégias na defesa da formação profissional em Serviço Social de qualidade (ABEPSS, 2010).

O estágio supervisionado permite que o aluno seja inserido no campo de estágio, no espaço ocupacional e processo de trabalho do assistente social, de modo a conhecer profissionalmente as expressões da questão social, das demandas e políticas sociais, viabilizando a articulação da teoria a prática para um agir profissional competente, seja através da análise da realidade social consubstanciada a partir das dimensões teórico-metodológicas, ético-política e técnico-operativa respaldado pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social, da lei de regulamentação da profissão. Seja favorecendo o conhecimento da realidade do espaço ocupacional e o processo de trabalho do assistente social. Assim, define-se Estágio como:

É uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio- institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Essa supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional de campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre unidade de ensino e unidade campo de estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 e o Código de Ética (1993) (ABESS, 1997, p. 71).

Portanto considera-se que um dos objetivos do estágio supervisionado na formação profissional é analisar, identificar o contexto institucional, profissional e a população usuária diante do espaço ocupacional do Assistente Social, as expressões da questão social, as ações profissionais, o instrumental técnico-operativo do Serviço Social, planejar e sistematizar de forma reflexiva as atividades no estágio e na supervisão, tendo como parâmetro o Plano de estágio.

O estágio é o momento da vida acadêmica do aluno em que se põe face a face com a prática profissional do Serviço Social. É ele que permite ao aluno aproximações sucessivas com a realidade institucional, com a realidade da demanda e com os desafios que se colocam ao trabalho do Assistente Social na sua relação com a sociedade. É ele também que confere ao ensino do Serviço Social uma dimensão teórico-prática (ALBIERO, 2000, p.44).

Orienta-se também adotar posturas baseadas no Projeto Ético-Político profissional dos Assistentes Sociais, propiciando também articular os conhecimentos trabalhados no conjunto das disciplinas do curso para análise do estágio, da supervisão e avaliação das atividades desenvolvidas no campo de estágio. Para Lewgoy (2009):

Não há para o Serviço Social um método próprio de atuação, da realização do exercício profissional, estes dependem de variáveis, o que reflete diretamente na realização do estágio, e o choque com essa realidade torna na maioria das vezes frustrante, desmotivante e até decepcionante o primeiro contato do acadêmico com a realidade prática profissional. (LEWGOY 2009, p. 31):

O estágio supervisionado é uma forma de contribuir para um olhar crítico ao atendimento dos usuários nas instituições. Criando um conhecimento crítico sobre suas demandas; proporcionando buscas e o Assistente Social necessita de mais autonomia nas instituições para executar o seu trabalho tendo a compreensão e colaboração de todos.

Através da vivência no campo de estágio procura-se através do projeto de intervenção fazer a articulação a articulação da teoria com a prática, sendo este

pautado pelas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativo respaldado pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social que dentre outros prioriza uma nova relação sistemática com os usuários e comprometido com a qualidade dos serviços prestados.

O estágio supervisionado contribui para um olhar crítico, para o atendimento dos usuários numa instituição em que o aluno esteja inserido. Compreende-se que o estágio supervisionado proporciona para criar um conhecimento crítico sobre as suas demandas, sabendo-se que cada instituição tem o seu objetivo a ser alcançado, e sabendo que cada profissional em qualquer área inserido precisa ter sua autonomia, para executar o seu trabalho tendo a compreensão e colaboração de todos os envolvidos, respeitado assim o Código de Ética da profissão.

Este é um momento importante na construção do perfil profissional dos estudantes e para isto deve ser realizado de forma que venha a acrescentar na formação do mesmo, com discussões direcionadas e com criticidade acerca do estágio e dos processos de trabalho do assistente social, indicando desafios e as possibilidades no exercício profissional.

Configura-se em um processo coletivo de ensino-aprendizagem, no qual se realiza a observação, registro, análise e acompanhamento da atuação do (a) estagiário (a) no campo de estágio, bem como a avaliação do processo de aprendizagem discente, visando a construção de conhecimentos e competências para o exercício da profissão. Esta avaliação deve ser realizada continuamente, contemplando duas dimensões: a avaliação do processo de estágio e a avaliação do desempenho discente, assegurando a participação dos diferentes segmentos envolvidos (supervisores acadêmicos e de campo e estagiários (as)). (PNE, 2010, p. 15)

Portanto, o estágio supervisionado é um momento importante e espaço de reflexão na formação profissional diante de uma realidade marcada por mudanças no mundo do trabalho caracterizado pela precarização e rotatividade que impacta também nos desafios da formação profissional e na concepção de instrumentalidade, daí a necessidade de apontar algumas reflexões sobre a experiência do curso de Serviço Social da UFT e o ensino da instrumentalidade.

3.3 Instrumentalidade do Serviço Social: a experiência do curso de Serviço Social da UFT

Falar sobre o processo de implantação do curso de Serviço Social da UFT – campus Miracema é complexo e importante, porém é necessária uma contextualização da realidade local e regional miracensense para compreendermos os seus desafios e possibilidades da sua inserção no que tange à formação profissional.

Miracema do Tocantins é um município de médio porte, considerando os tamanhos e desenvolvimento dos municípios do Estado do Tocantins. Emancipado em 25 de agosto de 1948, sempre foi referência para a região. Localizado às margens do Rio Tocantins, na região central do Estado, fica a 78 km de Palmas, capital do estado (UFT, 2010).

Nessa trajetória tornou-se referência, na saúde com Hospital Regional, com quatro agências bancárias, órgãos estaduais como Agência de Defesa Agropecuária (ADAPEC) e Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (RURALTINS), órgãos federais como Receita Federal e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e outros. Miracema do Tocantins passou a ser referência também em educação superior ao ganhar o Campus Universitário da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) em 1992, com o curso de Administração. Após três anos implantou o curso de Licenciatura em Matemática e Pedagogia em caráter emergencial (UFT, 2010).

A partir do ano de 1999/2000, algumas mudanças transformaram a Universidade, como a suspensão do vestibular, a extinção e criação de novos cursos, tal como os cursos de Administração e Matemática que foram extintos.

Em 23 de outubro de 2000, a UFT foi instituída, de acordo com a Lei nº 10.032 e o Campus de Miracema do Tocantins identificado como Centro Universitário de Formação de Profissionais da Educação (CEFOPE) com a oferta dos cursos de Pedagogia e normal superior, e a realização de um vestibular, a partir da transferência dos cursos e da infraestrutura da UNITINS, mantida pelo Estado do Tocantins. Porém, a UFT teve sua implantação efetiva em maio de 2003, no qual os primeiros professores tomaram posse na instituição (UFT, 2010).

Posteriormente a posse dos primeiros docentes do campus teve várias iniciativas, tais como: primeira eleição dos diretores de campus da Universidade e a as minutas do Estatuto e do Regimento Geral da UFT. Em 2003, O vestibular retorna para o curso de Pedagogia e normal Superior. Em 2004 houve a fusão dos dois cursos e o início do debate para a implantação de um novo curso e através da Portaria no 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Esta homologação tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores: o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) (UFT, 2010).

Já no período de 2005 à 2006 a comunidade acadêmica do campus de Miracema do Tocantins indicou prioridades para a consolidação do Campus Universitário de Miracema. Uma das prioridades foi a criação de um novo curso de graduação. Para isso foi realizada uma pesquisa junto à comunidade externa e interna sobre o novo curso. Dentre os sugeridos á comissão foi a criação do Curso de Serviço Social (UFT, 2010).

A partir das recomendações, o Conselho Diretor do Campus Universitário de Miracema aprovou a indicação ao CONSEPE da criação do Curso de Serviço Social a ser implantado a partir do ano de 2007/1. Deliberou que a inserção no curso seria através de vestibular sendo que em cada semestre seriam 80 vagas para o curso de Pedagogia e 80 vagas para o curso de Serviço Social, totalizando e ampliando sua oferta de 80 para 160 vagas ao ano.

Em 2006, a partir de decisão do CONSEP, foi criado o Curso de Serviço Social em Miracema do Tocantins no Campus da UFT. Assim, o Curso de Serviço Social da UFT apresenta no PPC o perfil dos profissionais que irá formar:

O Curso de Serviço Social prepara os profissionais para atuarem nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento. Dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho e, sobretudo, comprometido com os valores e princípios do Código de Ética Profissional do Assistente Social. Para tanto, o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFT propõe construir um perfil profissional que “englobe a qualificação teórica com a fundamentação teórico-metodológica e técnico-instrumental apoiada nas vertentes das ciências sociais e da teoria crítica, aliada a uma formação ético-política” (IAMAMOTO, 2000, p. 256).

Isso significa que o Curso de Serviço Social irá preparar profissionais para trabalharem nas mais diversas instituições, sejam públicas ou privadas. Seja na área de educação, saúde, lazer, sistema penitenciário, sistema penitenciário, de seguridade social e movimentos sociais, ocupando as funções de planejamento, administração, execução, monitoramento e avaliação de projetos e programas sociais (UFT, 2010). Logo:

Com formação generalista, o Assistente Social encontra um mercado de trabalho com múltiplas possibilidades de atuação que vai desde os espaços institucionais governamentais, tais como: secretarias estaduais e municipais, presídios, poder judiciário, instituições asilares, empresas industriais e comerciais, órgãos de planejamento; passando pelos não governamentais tais como: associações, sindicatos, organizações comunitárias; ainda, conselhos de direitos e conselhos de política nas esferas: municipal, estadual e federal, prefeituras municipais e outros conselhos, até os espaços alternativos urbanos e rurais como: organizações sociais, unidades de produção coletiva tipo assentamentos rurais e áreas de reforma agrária, associações de produtores, comunidades indígenas e quilombolas. (UFT, 2009, p. 1)

A partir do perfil profissional expresso no PPC do curso é possível perceber que o projeto de formação profissional do curso está alinhado com a perspectiva e diretrizes da ABEPSS, orientado a partir de uma teoria social crítica e que articule as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Sendo assim, os egressos do referido curso do campus recebem uma formação generalista que possibilita uma intervenção crítica nos mais diversos espaços ocupacionais da profissão.

Considera-se que o processo de criação e implantação da UFT representa uma grande conquista para o povo tocantinense, principalmente para a comunidade de Miracema do Tocantins. Além disso, a UFT não para de crescer, e no ano de 2017, a partir de 2016 foram implantados novos cursos no campus, tais como Educação Física e Psicologia, que tiveram uma boa aceitação por parte da comunidade miracemense e região.

No que se refere ao curso de Serviço Social do campus, o seu PPC (UFT, 2010), apresenta uma organização curricular articulada às diretrizes curriculares proposta pela ABEPSS a partir de disciplinas (obrigatórias e eletivas) e oficinas que compõe os núcleos de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; fundamentos do trabalho profissional; e das particularidades da formação social da sociedade brasileira. Além de indicar os outros componentes para integralização

curricular, como: o cumprimento de estágio supervisionado, elaboração de TCC e realização de atividades complementares que articulem ensino, pesquisa e extensão.

O Curso de Serviço Social da UFT apresenta uma matriz curricular composta por disciplinas que possibilita aos estudantes a uma formação direta ou indiretamente sobre o tema da instrumentalidade do Serviço Social. Porém destacamos as disciplinas: Estágio e Supervisão Acadêmica I (5º período); Estágio e Supervisão Acadêmica II (6º período); Estágio e Supervisão Acadêmica III (7º período); Estágio e Supervisão Acadêmica IV (8º período); Oficina de Instrumental Técnico Operativo do Serviço Social I (5º período); e Oficina de Instrumental Técnico Operativo do Serviço Social II (6º período).

Dentre essas disciplinas destacamos as disciplinas que tratam sobre o instrumental técnico-operativo do Serviço Social. Em relação à disciplina de Oficina de Instrumental Técnico Operativo do Serviço Social I, o PPC do curso apresenta a seguinte ementa:

O estudo teórico-prático do instrumental de ação interventiva do Serviço Social, entendido como conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitam a operacionalização da ação profissional. Conhecimento de diversas modalidades operativas e instrumentais, analisando as diferentes formas de linguagem, desenvolvimento de temáticas que envolvam posturas e atitudes no processo de intervenção (UFT, 2010).

A partir do plano de ensino da referida disciplina, esta tem como objetivo geral identificar e relacionar os processos de trabalho nas ações profissionais individuais e coletivas do cotidiano do Assistente Social, bem como os procedimentos do assistente social fundamentado nas diferentes perspectivas teórico-metodológicas do Serviço Social.

E como objetivos específicos: identificar nas ações profissionais individuais e coletivas, o instrumental técnico-operativo do Serviço Social, relacionando-as com os conhecimentos teóricos acerca dos processos de trabalho do Assistente Social; exercitar, operacionalizar e relatar a utilização do instrumental técnico-operativo do Serviço Social.

Os conteúdos programáticos desta disciplina são: Processos de trabalho do Assistente Social - Instrumental técnico operativo do Serviço Social – Estudo Geral; processos de trabalho do Assistente Social - Instrumental técnico operativo do Serviço

Social – “Observação”; e Processos de trabalho do Assistente Social - Instrumental técnico operativo do Serviço Social – Documentação.

Assim, pode-se perceber que a disciplina de Oficina de Instrumental técnico-operativo do Serviço Social dar uma maior ênfase aos instrumentos de atendimento individual presentes no trabalho do assistente social. Além disso, bibliografia indicada no PPC do curso constam autores como Reinaldo Pontes, Yolanda Guerra, Vicente Faleiros, etc, autores de referência nacional que discutem os temas de instrumentalidade, mediação, política social e exercício profissional.

A partir daí elabora-se o relatório com parecer social, que tem como objetivo realizar o atendimento para conhecer a realidade social do usuário e a partir disso buscar meios para efetivação dos seus direitos e articulação com a rede socioassistencial presente no território.

Dentre os instrumentais técnicos utilizados várias ações precisam ser realizadas para o atendimento do usuário do Serviço Social. Isso poderá ser feito por meio de conversa para orientação e visita domiciliar, a fim de conhecer o perfil socioeconômico da família para melhor compreender sua realidade social. A entrevista muita das vezes é realizada com uso de formulário de estudo socioeconômico dependendo da demanda ambos orientados por uma fundamentação teórico-metodológica e uma perspectiva ético-política alinhada ao nosso Código de Ética Profissional.

Os casos em que o usuário procura o Serviço Social para solicitar o acesso aos seus direitos é conhecida como demanda espontânea. O atendimento é realizado com o objetivo de conhecer a realidade do usuário e emitir parecer social sobre a realização da sua solicitação.

O relatório social é um documento específico elaborado somente pelo assistente social, ou seja, é uma atribuição privativa da profissão pois é considerado matéria do Serviço Social como consta na lei de regulamentação da profissão. O relatório traduz na apresentação descritiva, interpretativa e, sobretudo, crítica de uma situação ou expressão da questão social enquanto objeto de intervenção profissional. O relatório é a descrição ou o relato do que foi possível conhecer por meio do estudo social.

É muito importante realizar o estudo socioeconômico. Segundo a Lei que regulamenta a profissão de assistente social, uma de suas competências é realizar estudo socioeconômico com os usuários para fins de benefícios e serviços

sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (BRASIL, 1993).

Ao realizar o atendimento é necessário a orientação sobre qualquer procedimento a ser realizado. Sendo preciso que seja do conhecimento do usuário, esclarecendo todas as dúvidas e anseios.

Já a disciplina de Oficina de Instrumental Técnico-Operativo do Serviço Social II, o PCC do curso apresenta a mesma ementa da disciplina anterior, demonstrando assim a necessidade de dar maiores subsídios e parâmetros sobre o objetivo da disciplina na formação profissional. Porém, pela bibliografia indicada no PPC do curso e pelo diálogo com os estudantes participantes da pesquisa de campo, podemos deduzir que a ênfase da disciplina seria os instrumentos de atendimentos coletivos no trabalho do assistente social, pois aparecem bibliografias que tratam sobre grupos, comunidades, lideranças, organização popular, assembleias, conferências, fóruns, etc. Embora com constem também temáticas alinhadas à distintas perspectivas teóricas que não necessariamente estão articuladas com a teoria social crítica como: “indivíduo, saber e sinergia”; dinâmica de grupo; motivação do “talento humano”, e “técnicas vivenciais”. Dessa forma, destacamos a necessidade de explicitar melhor o objetivo dessa disciplina na ementa da disciplina bem como a perspectiva teórica de orientação dos instrumentos coletivos do trabalho profissional.

Devido a várias questões de tempo e de ordem pessoal, não tivemos condições de apresentar mais questões da pesquisa de campo junto aos estudantes, trazer suas falas, impressões e concepções e etc, mas ousamos fazer uma breve síntese das questões mais gerais da pesquisa que devem ser necessariamente aprofundadas e discutidas em investigações posteriores.

A partir da referida pesquisa de campo realizada com discentes e a pesquisa bibliográfica e documental podemos indicar alguns dos desafios para o ensino da instrumentalidade na formação profissional no curso de Serviço Social da UFT: o fortalecimento da interdisciplinaridade no processo formativo, seja nas disciplinas, entre os núcleos temáticos e nos grupos de pesquisa e extensão do curso e no campus; fortalecer a discussão dos instrumentos coletivos de atendimento e intervenção no exercício profissional; ressaltar no PPC a dimensão sócio-educativa no trabalho do assistente social, através da articulação entre o debate da educação popular e instrumentalidade; além disso, reafirmar uma concepção crítica de instrumentalidade na formação profissional que seja entendida como a síntese das

dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa orientada pela teoria social crítica sem cair nas “armadilhas” do receituário de “como fazer” ou do metodologismo acrítico, características típicas de perspectivas conservadoras e pragmáticas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegarmos ao final deste trabalho, deve-se ressaltar que as entrevistas realizadas com os acadêmicos do curso de Serviço Social infelizmente não foram analisadas profundamente, devido a imprevistos e contratemplos o que nos impôs dar uma maior ênfase à pesquisa bibliográfica e documental, mas ficamos no compromisso de aprofundar tal debate em pesquisas posteriores. Porém, ousamos sinalizar algumas breves considerações sobre o ensino da instrumentalidade na formação profissional em Serviço Social, a partir da realidade do curso de Serviço Social da UFT campus de Miracema e sua relação com o debate nacional da formação profissional alinhada às diretrizes curriculares da ABEPSS.

O interesse pela temática da instrumentalidade do Serviço Social surgiu a partir da inserção no campo de estágio, e a universidade foi o lócus que contribuiu para o desenvolvimento da minha pesquisa. O estágio supervisionado foi a oportunidade de articulação direta entre teoria e prática, também compreender a função de cada instrumento técnico-operativo e sua relação com as demais dimensões constitutivas do trabalho do assistente social, compreender como posso atender uma demanda através do uso dos instrumentos e a importância que se tem a profissão de Serviço Social no âmbito da defesa dos direitos sociais e direitos humanos de forma geral.

Para fundamentar o desenvolvimento da nossa pesquisa resgatamos o debate sobre trabalho e instrumentalidade do Serviço Social apresentando seus fundamentos ontológicos e teórico-metodológicos. Tal exposição buscou apresentar os subsídios necessários para a compreensão do ensino da instrumentalidade no âmbito da formação profissional em Serviço Social na experiência da UFT – campus de Miracema. Para isso, traçamos um paralelo com autores da perspectiva marxista que discutem trabalho e instrumentalidade da profissão.

Além disso, houve uma breve análise do processo de profissionalização, da formação e o trabalho profissional do Serviço Social no contexto da sociedade capitalista a partir de uma perspectiva histórico-crítica bem como situa o debate em torno das diretrizes curriculares, sua construção e concepção. Dessa forma, apresentamos os autores que analisam o processo de institucionalização na dinâmica do capitalismo monopolista no contexto de aprofundamento das expressões da “questão social” e o redimensionamento do papel da intervenção do Estado. Situamos brevemente a renovação do Serviço Social no Brasil e as contribuições da perspectiva

marxista para a compreensão da profissão, seu significado social, desafios e possibilidades. Apresentamos as contribuições da ABEPSS no que tange ao debate da formação profissional com destaque para as diretrizes curriculares, bases situar a instrumentalidade na formação profissional e algumas questões presentes no curso de Serviço Social da UFT campus de Miracema.

Para isso, realizamos um levantamento sobre o processo de implantação do curso do Serviço Social na UFT, procurando assim identificar o debate da instrumentalidade no PCC, afim de verificar como este se materializa no processo formativo, dessa forma, identificamos que o debate da instrumentalidade é realizado com maior destaque nas disciplinas de Oficinas de Instrumental Técnico-Operativo (I e II) e nas disciplinas de Estágio e Supervisão Acadêmica (I, II, III e IV), predomina uma discussão de instrumentalidade alinhada ao debate crítico da área bem como apresenta reflexões sobre os instrumentos técnico-operativos de atendimento individual e coletivo no exercício profissional.

Enfatizamos que a instrumentalidade e instrumentos técnico-operativos relacionam-se, porém não são a mesma coisa. A instrumentalidade do Serviço Social é uma propriedade da profissão que possibilita o atendimento das demandas e o alcance de objetivos por meio da objetivação das intencionalidades profissionais.

Logo, procuramos apontar os desafios e possibilidades, para o ensino da instrumentalidade para a formação profissional no curso de Serviço Social. Entre os desafios estão: fortalecimento da interdisciplinaridade na formação: ressaltar a dimensão pedagógica do trabalho do assistente social; destacar os instrumentos técnico-operativos de âmbito coletivo; e consolidar uma perspectiva crítica de instrumentalidade síntese das dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa na formação profissional e transversal aos componentes curriculares.

Chamamos atenção para a necessidade de realização de pesquisas sobre essa temática, pois se percebe a importância da instrumentalidade entre os assistentes sociais em formação e de um processo de formação profissional articule teoria e prática bem como as dimensões investigativa e interventiva. Obviamente também irá contribuir no desenvolvimento profissional com base em análises de estudos feito sobre a instrumentalidade e exercício profissional, portanto, reafirmamos uma concepção de instrumentalidade como mediação, a qual possibilita a passagem de ações meramente instrumentais para o exercício profissional crítico, propositivo e

reflexivo articulado ao Projeto Profissional do Serviço Social brasileiro fundamentado no Código de Ética e na Lei de Regulamentação da Profissão de assistente social ambos de 1993.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. ABEPSS: Rio de Janeiro, 1996.

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. 2010.

BRASIL. **Lei nº 8662 – Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências**. DF: Brasília, 1993.

BRAVO, Maria Inês. O significado político e profissional do Congresso da Virada para o Serviço Social brasileiro. *In: Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, nº 100, 2009.

CAETANO, Érika de Cássia Oliveira. **A divisão do Trabalho: uma análise comparativa das teorias de Karl Marx e Emile Dürkheim**. Disponível em: <https://docplayer.com.br/255011-A-divisao-do-trabalho-uma-analise-comparativa-das-teorias-de-karl-marx-e-emile-durkheim.html> Acesso em 04/12/2019.

CEDRO, Marcelo . A modernidade em Marx e Weber. In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS), 2005, Belo Horizonte. **Sociologia e realidade: pesquisa social no século XXI** / ISSN 2236-6636. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2005. p. 122-122.
CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

ENGELS. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. *In: ANTUNES, Ricardo (Org.). A Dialética do Trabalho – Escritos de Marx e Engels*. V. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FRANÇA JUNIOR, Reginaldo Pereira. Trabalho e Ser Social: reflexões sobre a ontologia lukacsiana e sua incidência no Projeto Ético-Político Profissional. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 14, p. 09-19, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

GUERRA, Yolanda A. D. . A dimensão investigativa no exercício profissional. *In*: ABEPSS e CFESS. (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais**. 1ª ed. Brasília: Universidade de Brasília- UNB CEAD, 2009.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. 5ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social. *In*: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo IV: O Trabalho do Assistente Social e as Políticas Sociais. Brasília: CFESS/ABEPSS, UNB, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 20ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Trabalho e Serviço Social: o redimensionamento da profissão ante as transformações societárias recentes. *In*: IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 22ª Edição. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil** – esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 28ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na cena contemporânea. *In*: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS/UnB, 2009.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos Homens: trabalho e ser social**. 3ª ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LEWGOY, Alzira M. B., ARRUDA Marina P. de. Da escrita linear à escrita digital: atravessamentos profissionais. *In*: **Revista Virtual Textos & Contextos**, nº 2, dez. 2003.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 22ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MEC. **Diretrizes gerais para os cursos de Serviço Social**. Brasília: MEC, 2002.
MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18ª edição. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTAÑO, Carlos. **A Natureza do Serviço Social** – um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ORTIZ, Fátima Grave. Notas Sobre as Diretrizes Curriculares: avanços, impasses e desafios. *In*: GUERRA, Yolanda. LEITE, Janete Luzia. ORTIZ, Fátima Grave. **Temas Contemporâneos: o serviço social em foco**. São Paulo: Outras Expressões, 2013, págs. 11-31.

PAULO NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PAULO NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social** – Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. *In*: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais, CFESS/ ABEPSS – UNB, 2000
SEMEGHINI, M. I. C. . Trabalho e Sociabilidade em Georg Lukács. **Contradictio** , v. 1, p. 75-100, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia Do Trabalho Científico**. 23ª edição. São Paulo, Cortez, 2007.

SOUSA, Charles Toniolo. A pratica do assistente social : conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Emancipação (UEPG)** , v. 8, p. 119-132, 2008.

UFT. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**. UFT: Palmas, 2010.

APÊNDICE A –ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA
APENDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1 PERFIL BIOGRAFICO DO DISCENTE

Nome: _____
 Apelido para Identificação: _____
 Idade: _____ Sexo: _____
 Semestre do Curso: _____
 Estado Civil: _____
 Tem Filhos? _____
 Cidade de Origem: _____
 A _____ quantos _____ anos reside _____ neste município? _____
 Renda Mensal: _____
 Trabalha? _____ Se sim, em que área? _____
 Horário de trabalho: _____
 Participa de algum programa de monitoria, pesquisa e/ou extensão? _____ Se sim, especifique: _____
 É beneficiário de algum programa de transferência de renda? (especifique): _____

 Modo de ingresso no Curso de Serviço Social: _____
 Possui outra graduação? Qual? _____

2 INSTRUMENTALIDADE NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL DA UFT

2.1. Qual a sua concepção de instrumentalidade?
 (entendimento, conceito, significado, etc).

2.2. Como ocorre o ensino da instrumentalidade na formação profissional do Curso de Serviço Social da UFT, Campus de Miracema do Tocantins - TO?
 (No que tange a pesquisa, a extensão, ao ensino, disciplinas, estágio, articulação teoria e prática, eventos, grupos de pesquisa e extensão, etc).

2.3. Como você avalia o ensino da instrumentalidade na formação profissional do Curso de Serviço Social do Campus de Miracema do Tocantins - TO?
 (o curso oferece os subsídios teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos suficientes no que tange à instrumentalidade).

2.4. Na que tange ao debate da instrumentalidade, quais são as potencialidades e as fragilidades apresentadas pelo Curso de Serviço Social?
 (principais dificuldades, desafios, sugestões para o currículo, iniciativas, etc).

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (a) Sr. (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “*A Instrumentalidade do Serviço Social da UFT - Campus de Miracema do Tocantins*” que tem como objetivo geral: Analisar a instrumentalidade no âmbito da formação profissional em Serviço Social a partir da experiência da UFT – Campus de Miracema do Tocantins.

Essa pesquisa está sendo desenvolvida pela estudante Luzineide Ferreira de Sousa Rodrigues do curso de Serviço Social, sob a orientação do professor Raí Vieira Soares, caracterizando-se como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Quanto aos riscos, reconhecendo a possibilidade de desconforto, constrangimento que podem ocorrer, o pesquisador se compromete a tratar com o devido respeito, procurando minimizar qualquer risco que possa ocorrer durante a pesquisa. Dessa forma, pedimos a sua colaboração nesta pesquisa, respondendo a uma entrevista sobre o tema acima proposto que deverá ser gravada se o (a) Sr. (a) concordar participar.

Garantimos que a pesquisa não trará nenhuma forma de prejuízo, dano ou transtorno para aqueles que participarem. Todas as informações obtidas neste estudo serão mantidas em sigilo e sua identidade não será revelada. Vale ressaltar, que sua participação é voluntária e o (a) Sr.(a) poderá a qualquer momento deixar de participar deste, sem qualquer prejuízo ou dano. Comprometemo-nos a utilizar os dados coletados somente para pesquisa e os resultados poderão ser veiculados através de artigos científicos e revistas especializadas e ou encontros científicos e congressos, sempre resguardando sua identificação.

Todos os participantes poderão receber quaisquer esclarecimentos acerca da pesquisa e, ressaltando novamente, terão liberdade para não participarem quando assim não acharem mais conveniente.

Contatos e esclarecimentos da pesquisa com o Prof. Orientador Raí Vieira Soares: raivieira@mail.uft.edu.br e com o estudante pesquisador: Luzineide F. Sousa Rodrigues (63)984021915 / Luzineiderodrigues845@gmail.com.

Este termo está elaborado em duas vias sendo uma para o sujeito participante da pesquisa e outro para o arquivo do pesquisador.

Eu, _____
tendo sido esclarecido(a) a respeito da pesquisa, aceito participar da mesma.
Miracema-TO, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do(a) Participante

Assinatura do Pesquisador